

## 2

### Algumas Considerações sobre o papel do Intelectual

*Produto de sociedades despedaçadas, o intelectual sua testemunha porque interiorizou seu despedaçamento. É, portanto, um produto histórico.*

*Jean-Paul Sartre (Em defesa dos Intelectuais, 1972)*

Povoam os ambientes de discussão acadêmicos relevantes discussões sobre o intelectual e suas características. O conceito, tomado há muito pelos gregos, inscreve um problema epistemológico a partir da Idade Média, mais precisamente no século XII, quando o sistema feudal começa a ruir e as instabilidades começam a tomar o cenário de tranquilidade até então experimentado pela sociedade do Velho Mundo. Há nesse momento o início da ascensão da classe média a um lugar até então ocupado pela aristocracia, cenário propício para o aparecimento das primeiras preocupações com a conceituação acerca dos intelectuais. Cabe citar que, em trabalho recente, apresentado no “Seminário Internacional da Cátedra PE. António Vieira de Estudos Portugueses”, em 2008, o professor Danilo Marcondes Filho proferiu uma conferência intitulada *As Máscaras de Sócrates*, cuja temática era justamente a possibilidade de se pensar o intelectual e sua atuação no espaço público e a tônica da conferência girava em torno, sobretudo, do papel de Sócrates em Atenas, atuando como intelectual.

O que nos parece lícito afirmar, desde Sócrates, é que o intelectual é o pensador que, encarando a sociedade e seus fatos enquanto realidade política pode, no cerne de toda essa realidade, usando uma expressão bastante popular, “no olho do furacão”, exercer o seu direito à palavra. De certa maneira, atribui-se então, ao intelectual, o papel daquele que, na afirmação do valor moral de seu discurso, pratica o exercício da virtude, retomando aquilo que foi dito há

pouco, aquilo que o credencia; neste caso, o intelectual das letras, ao papel de crítico da realidade, partindo de um princípio ético que foi colocado por Platão na *República* no interior do discurso do próprio Sócrates. Cito Platão:

[Sócrates] – Cabe, portanto, a nós, os fundadores do Estado, retomei eu, obrigar os homens de elite a se voltarem para a ciência que há pouco reconhecemos como a mais sublime de todas, para verem o bem e fazerem a subida de que falamos; porém, uma vez chegados a essa região superior e tendo contemplado suficientemente o bem, cuidemos de não lhes permitir o que hoje lhes é permitido.

[Glauco] – O quê?

[Sócrates] – Permanecerem lá no alto, respondi, e não mais quererem descer para junto dos prisioneiros, nem participar de seus trabalhos e honrarias mais ou menos apreciáveis[...] <sup>1</sup>

Assim, a vida não examinada não vale a pena ser vivida. É também, portanto, dever do intelectual, comprometer-se com o questionamento em sua última instância, levando os princípios de discussão de um tema às suas últimas consequências.

No entanto, mesmo tomando figuras de referência daquilo que poderíamos chamar de intelectualidade – ou como se cita em língua italiana “intelligenza” – em vários momentos da história da civilização – nomes como Sócrates, Abelardo, Montaigne, Zola – o termo “intelectual”, como buscarei utilizar aqui, surge a partir do século XIX. Porém, as considerações acerca deste conceito tomarão pensadores do século XX para serem analisados, dentre eles: Michel Foucault, Jean-Paul Sartre e Edward Said.

É na esteira desse pensamento do século XX que se engendra uma questão fulcral que norteia as investigações acerca do intelectual: O intelectual deve atuar apenas na esfera da ciência ou engajar-se também politicamente? É possível ele (o intelectual) atuar ambigualmente nas duas esferas, a saber, no seu campo específico e na vida pública? Respostas poderão vir a ser perseguidas

---

<sup>1</sup> PLATÃO, 2001, p. 35.

neste trabalho, mas, para tanto, partiremos de uma verdade que parece ser consenso entre estes teóricos que foram citados: o lema do intelectual é dizer a verdade e praticar a liberdade. Todavia este lema está longe de conter em si uma clareza de definição devidamente delimitada e inserida num eixo determinado de tempo e de espaço. Mas é possível balizar-se de maneira mais específica o conceito de intelectual. Para partir de um referencial acadêmico mais sólido, utilizar-se-á aqui a lista conceitual proposta pelo teórico da Educação Antonio Carlos Máximo em sua tese *Os intelectuais e a Educação das Massas*. No Capítulo I, intitulado “O conceito de Intelectual”, Máximo descreve alguns traços que balizam o conceito que perseguimos neste momento:

Clássica divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual; a ideia gramsciana de ‘funcionários das superestruturas’; a divisão da sociedade em classes, camadas sociais, castas, estamentos; a manutenção da existência material com recursos retirados do próprio trabalho não físico, isto é, “ganhar o pão” trabalhando com ideias; o caráter laico da atividade intelectual; o exercício constante da crítica em geral e, particularmente, da crítica sistemática ao poder; a dedicação ao cultivo das ideias perenes, vigilância com relação aos valores universalmente válidos da cultura, [...] o cultivo das ideias de razão, justiça, democracia.<sup>2</sup>

É interessante tomar-se os apontamentos de Máximo para construirmos uma espécie de norte para este breve estudo. Eça de Queiroz está sendo tomado aqui como intelectual por desempenhar em Portugal, em fins do século XIX, um papel marcadamente social, quer pela sua produção como escritor, quer pela sua atuação como cônsul de Portugal em vários países. Ainda podem-se levantar outras questões acerca dessa dupla função, uma vez que muito de sua produção, não somente como romancista, mas como cronista, tem no cerne de sua temática a preocupação com os destinos da nação, ou melhor, das nações, pois se sabe que muito de sua literatura epistolar é construída de maneira

---

<sup>2</sup> MAXIMO, 2000, p. 21.

marcadamente crítica contra o governo inglês, sobretudo partindo em defesa dos povos do Oriente e da África. Ademais, é Eça, em sua gênese, um escritor cujo lema é a denúncia e a crítica mordaz ao *status quo*. Mas, antes de desenvolvermos uma possível argumentação que sustente ou não o papel de Eça enquanto intelectual partiremos para um maior aprofundamento da questão do intelectual, buscando delimitar mais essa conceituação, de modo que, ao chegarmos ao tratamento analítico de Eça, já tenhamos em mão a resposta às seguintes perguntas: como podemos classificar o conceito de intelectual? A que grupo Eça pertenceria após essa classificação? Por que Eça pertenceria a um grupo específico? Como Eça milita a sua intelectualidade? Eça seria, portanto, um intelectual?

Norberto Bobbio, em seu livro *Os Intelectuais e o Poder*, abre espaço de discussão para que se busque uma maior clareza de conceituação do termo “intelectual”, bem como oferece uma leitura analítica e crítica sobre o papel deste sujeito social em seu meio. Mas o que me interessou bastante nas palavras de Bobbio foi o fato de o mesmo ter construído um diálogo bastante importante sobre as relações entre os intelectuais e a política. Escreve Bobbio que dentre os vários modos como se podem ser discutidas essas relações, cita o livro de Coser, *Men of Ideas*, de 1965. Diante das diversas posições assumidas por Coser para tipologizar a figura do intelectual, uma em especial vem ao encontro do que temos abordado aqui neste capítulo: a ideia de que o intelectual é aquele que diz “não” ao poder instituído. Cito Coser, através de Bobbio:

Os intelectuais adotam uma postura constante de crítica do poder, são por vocação antagonistas do poder, seja qual for a forma assumida pelo poder, porque o poder – sob qualquer forma – é um instrumento de opressão, de não-liberdade, de domínio cego e arbitrário, é por definição obtuso (inimigo da *inteligência*) e despótico (inimigo da liberdade).<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> BOBBIO, 1997, p. 104-105.

Mas parece que ao tratarmos de Eça de Queiroz como intelectual, devemos buscar outra seara para que possamos classificá-lo ou categorizá-lo como tal, visto que, embora tenha atuado como cônsul, exercendo constante atividade política nos postos que ocupou em Cuba, Estados Unidos, Inglaterra e França, não era exatamente exercendo a atividade política direta que Eça cumpria o seu papel de intelectual. É preciso, pois, que nos apropriemos de discursos teóricos que proponham um olhar cujo ângulo é mais lateral, diagonal, indireto. Ou seja, é preciso que encontremos uma caracterização do intelectual que sirva aos propósitos da tese que é provar a atuação de Eça de Queiroz nesse terreno já tão explorado a partir das atividades filosóficas de Sócrates, ainda na Grécia Antiga, como mencionamos anteriormente. Parece que há dois autores então que se aproximariam dessa proposta, a qual intitularíamos: “o intelectual das letras”. São eles Jean-Paul Sartre e Michel Foucault.

Contemporâneos entre si, ambos franceses, Sartre e Foucault têm na genealogia de seus pensamentos uma postura que privilegia certo pensamento iconoclasta, fruto da formação marxista de ambos, pelo menos em termos gerais. Coincidentemente também estudaram, os dois, na *École Normale Supérieure*, em Paris. Embora, se operarmos análise de seus pensamentos, afastam-se suas propostas no decorrer do desenvolvimento de seus discursos filosóficos, o que está em questão aqui é que tanto Foucault quanto Sartre se aproximam quando o assunto é a postura do intelectual na modernidade. Claro que estamos falando de um lugar diferente do lugar de Eça. Estão Foucault e Sartre posicionados no século XX. Todavia, ao buscarmos relacionar a teoria dos filósofos e aplicá-la à análise do posicionamento intelectual de Eça, veremos que, salvas as idiossincrasias por conta da anacronia entre Eça e os

filósofos em questão, encontramos nestes um terreno confiável para pensarmos o posicionamento intelectual de Eça como escritor. Vamos primeiro a Sartre.

Em seu texto *Em defesa dos Intelectuais*, de 1972, Sartre estabelece uma panorâmica daquilo que ele pensa sobre o intelectual e sua função social. Mais ainda. Sartre praticamente propõe um modelo para o intelectual moderno e adota um discurso que caracteriza o intelectual das letras diferentemente dos demais intelectuais. O texto é muito rico em exemplificações e caracterizações daquilo que deve fazer de alguém um intelectual. Mas é no último capítulo que o pensador se atém à questão que me interessa aqui, que é a aproximação do papel do escritor com o papel do intelectual. Sartre faz uma análise minuciosa e atenta, que valeria uma investigação mais atenta, atendo-me à parte final, onde Sartre coloca a questão de maneira bastante direta. Cito:

Enquanto os outros intelectuais viram nascer sua função de uma contradição entre as exigências universalistas da sua profissão e as exigências particularistas da classe dominante, ele encontra em sua tarefa interna a obrigação de habitar no plano do vivido sugerindo ao mesmo tempo a *universalização* como afirmação da vida *no horizonte*. Nesse sentido ele não é intelectual *por acidente*, como eles, mas *por essência*.<sup>4</sup>

Eça é personagem representativa de seu tempo e de seu lugar de atuação. Participante atuante da vida literário-cultural de Portugal tomou partido da Questão Coimbrã<sup>5</sup>, liderou o Grupo dos Vencidos da Vida<sup>6</sup>;

---

<sup>4</sup> SARTRE, 1994, p. 71-72.

<sup>5</sup> A questão Coimbrã gerou uma intensa polêmica em torno do confronto literário entre os ultra-românticos e os jovens estudantes de Coimbra, que defendiam uma concepção empenhada, à luz da qual os problemas de ordem social deviam ocupar a atenção do escritor. Para além do opúsculo "Bom senso e Bom gosto", Antero escreve o folheto *A Dignidade das Letras e as Literaturas Oficiais*, enquanto Teófilo de Braga escreve o folheto *Teocracias Literárias*. Na defesa de Castilho, as intervenções de Ramalho Ortigão e de Camilo Castelo Branco destacam-se, embora a grande relevância de toda esta questão se centre nos opúsculos dos dois primeiros escritores. Esta polêmica, que durou meses, com frequentes trocas de publicações críticas de ambos os lados, terminou com a sobrelevação dos ideais preconizados pela Geração de 1870 (e sobretudo por Antero), o que provocou uma autêntica renovação

juntamente com Ramalho Ortigão e Antero de Quental, foi o maior representante da Escola Realista portuguesa e, sobretudo, é considerado por vários teóricos o fundador do romance moderno português. Seja como romancista, seja como jornalista, seja como cronista, ou ocupando o seu posto de cônsul português, Eça se insere naquilo que tipologicamente não poderia fugir à definição primeira de um intelectual. Ela seria, na visão de Edward Said, uma definição que abarca o homem que se torna público para dar a ver ao seu espectador o que se encontra obnubilado pela visão do senso comum. Cito Said:

No fim das contas, o que interessa é o intelectual enquanto figura representativa – alguém que visivelmente representa certo ponto de vista, e alguém que articula representações a um público, apesar de todo o tipo de barreiras. Meu argumento é que os intelectuais são indivíduos com vocação para a arte de representar, seja escrevendo, falando, ensinando ou aparecendo na televisão.<sup>7</sup>

Em Eça de Queirós, esses princípios estão colocados, pelo menos enquanto projetos, de maneira explícita já em seus textos doutrinários. O comprometimento com a Justiça e com a Verdade, através da exposição de um Belo (estética), que leva a um Bem (ética) se encontra nas notações referentes às palavras ditas pelo escritor em sua célebre, porém não oficialmente publicada, conferência no Casino Lisboense. As conferências, que ocorreram a partir de uma tomada de posição do Cenáculo<sup>8</sup> (que era frequentado por, pode-

---

cultural, acentuando o papel de intervenção social que a literatura deve ter, abalando as concepções retrógradas do ultra-romantismo, impulsionando a afirmação do realismo.

<sup>6</sup> Designação sugerida por Oliveira Martins, e definida mais tarde por Eça como um grupo “jantante”, a Geração de 70, movimento acadêmico de Coimbra, que surge no panorama literário português do séc. XIX como uma revolução cultural, política e literária.

<sup>7</sup> SAID, 2005, p. 27.

<sup>8</sup> Pode definir-se o Cenáculo como um grupo de jovens escritores e intelectuais, denominados de vanguarda, que trazem de Coimbra para Lisboa a disposição boêmia e tentam agitar a sociedade no que diz respeito a questões políticas e mesmo sociais, agitação esta que terá como ponto culminante as Conferências Democráticas do Casino, organizadas

se dizer, pessoas que traziam dentro de si ideais revolucionários embebidos na filosofia de Proudhon), tinham como palavra de ordem a “regeneração”. Os propósitos que moviam os representantes do Cenáculo a organizar as conferências “livres” do Casino Lisboense eram bastante ligados a essa ideia. Segundo José-Augusto França, tudo era movido por esse ideal de mudança e transformação, mas essa postura não aparecia agora, “[...] era ela estranha a qualquer compromisso e o seu emprego dinâmico não fazia mais do que sublinhar um novo caminho de acção”.<sup>9</sup>

Dentre os frequentadores do Cenáculo estavam Eça de Queiroz, Jaime Batalha Reis, Antero de Quental (que proferiu a primeira e a segunda conferências, a última e mais importante intitulada *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*), Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Teófilo Braga, entre outros. Mas entre os propósitos dessa geração, havia algo mais do que a “regeneração” do país. Havia um programa bem definido de como ela deveria se apresentar: atuando como um sistema depurador da sociedade portuguesa. Melhor dizendo, qual seria a “receita” para que se pudesse chegar à reforma moral da sociedade. Não é exagero dizer que a proposta estava pautada de certa forma em um programa que se assemelhava ou trazia algo de positivista. Cito José-Augusto França:

“Estudar todas as ideias correntes do século”, “Investigar como a sociedade é e como deve ser” — eis os objetivos gerais do programa. Mas o

---

pelos artistas e literatos que fundam e frequentam este grupo. Constitui-se este grupo no meio termo que se encontra entre a formatura destes intelectuais e as suas carreiras. Esta espécie de tertúlia, iniciada por fins de 1867, tem como seu primeiro local de reunião a casa de Batalha Reis, na Travessa do Guarda-Mor, n.º 19, hoje Rua do Grémio Lusitano, situada no cruzamento desta rua com a Rua dos Calafates, atualmente Rua Diário de Notícias, no Bairro Alto. Quando Antero de Quental regressa das ilhas, cerca de novembro de 1868, passa a desempenhar um papel primordial nesta tertúlia. Por esta altura, eram frequentadores desta tertúlia Salomão Saragga, José Fontana, Lobo de Moura, Mariano Machado, Manuel Machado e outros, nomeadamente Eça, Antero, Batalha Reis.

<sup>9</sup> FRANÇA, 993, p. 464-465.

grupo do Cenáculo e os seus amigos propunham-se ainda, e sobretudo, “ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o, assim, nutrir-se dos elementos vitais de que vive uma sociedade civilizada” e “estudar as condições de transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa”.<sup>10</sup>

O grupo então encabeçado por Eça e Antero realmente passa, a partir das conferências, a ditar o rumo da arte literária em Portugal, pelo menos no que diz respeito a certo compromisso da arte com o programa que ora se expõe através dos discursos proferidos. Parece-nos que o programa, já supracitado na nota de França, tem um compromisso bastante marcado com a sociedade da época, pautado pelas mazelas nela identificadas, a partir de um observação cuidadosa e cirúrgica. Não obstante, devemos dizer que as influências do Positivismo de Comte, do Determinismo de Taine e do Evolucionismo de Darwin não podem deixar de ser percebidas implícitas nas diretrizes do programa. Com os membros do Cenáculo, certa análise cientificista, que se coloca a serviço da “verdade”, vai de encontro a toda especulação metafísica, religiosa, sentimental e teleológica do Romantismo, movimento que precede o Realismo. Segundo José-Augusto França, “o Cenáculo erguia-se contra o imobilismo da sociedade constitucional, numa ação tão pedagógica quanto ideológica. Sob este aspeto tomava uma posição nova que já não era romântica”.<sup>11</sup> Dedicaremos um capítulo a uma breve análise sobre o aparecimento do Realismo em Portugal e como o movimento do Cenáculo converge para aquilo que se poderia chamar de estética realista. Prossigo aqui com a relação entre o papel do intelectual e o movimento da Geração de 70, da qual faz parte Eça de Queiroz. Retomemos as conferências. Parece insistente a postura de nos debruçarmos nelas (as conferências) mas, não é. Pois é justamente nas conferências que se tem um programa, como já dissemos, de

---

<sup>10</sup> Ibidem, p. 465.

<sup>11</sup> Ibidem

regeneração colocado de maneira bastante direta pelos seus participantes, dentre os quais, reitero, muitos faziam também parte do seletto grupo do Cenáculo.

Antero foi o primeiro a realizar a conferência que, embora não tenhamos o texto na íntegra, segundo a imprensa da época, versava sobre a Revolução de Setembro. Mas é na segunda conferência que Antero delinea aquilo que já fazia, anteriormente, parte do programa distribuído aos espectadores das conferências. E é, de certa forma, a partir daquilo que consiste para Antero no programa de “regeneração” que Eça também tomará fôlego para realizar a sua proposta de intervenção. Antero, na conferência intitulada *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, versará sobre os séculos XVII, XVIII e XIX, buscando responder à pergunta: Por que “a alma moderna morrerá em nós completamente?”<sup>12</sup> Antero busca responder à questão, citando quais seriam as três principais causas da decadência dos povos peninsulares: “O catolicismo Tridentino, o Absolutismo na política e a aventura louca das conquistas do século XVI, que tinham desviado o povo dum esforço local, na agricultura e na indústria, lançando-o nas miragens da África, da Índia e da América.”<sup>13</sup> Podia-se perceber nas palavras de Antero uma postura marcadamente influenciada por Proudhon. Era uma posição federalista marcada pela valorização de um princípio federativo em detrimento dos hábitos patrióticos do Romantismo. Segundo José-Augusto França:

Antero punha dois problemas abertos, ambos, para o futuro. Anticatólico, mas não anticristão, porque distinguia “sentimento” e “instituição” (e terminava afirmando que “a Revolução é o cristianismo do mundo moderno”), republicano e federalista, preconizando uma larga descentralização do Poder e o regime socialista. Antero apelava, sobretudo, para uma nova situação moral que pudesse [...] combater a indiferença “terrível dos portugueses do século

---

<sup>12</sup> Ibidem

<sup>13</sup> Ibidem

XIX – efeito da influência do espírito católico”<sup>14</sup>

Muitos elementos do discurso de Antero podem nos servir para aproximarmos a sua proposta da proposta de Eça. Mas ratifico mais uma vez que não é a intenção nesse momento operar uma análise dos discursos aqui citados, isso se dará posteriormente nos demais capítulos. O que nos interessa agora são as prerrogativas do programa proposto por Antero, sobretudo a relação entre a perda de um espírito nomeado “moderno”, as causas dessa perda, que segundo Antero são o absolutismo, o catolicismo e o espírito aventureiro dos ibéricos, e o resultado dessa perda que é, resumidamente, o atraso de Portugal em relação aos outros países da Europa, o que o coloca à margem da evolução das nações reconhecidamente modernas. Deve-se, pois, avaliar a relação dessas diretrizes de proposta regeneradora com o papel exercido por Eça de Queiroz, não só em sua conferência no Casino, mas no decorrer de sua carreira como ficcionista e homem ativamente político no cenário português.

Para isso tomemos Foucault em sua entrevista concedida a Alexandre Fontana intitulada *Verdade e Poder*, publicada em *A microfísica do Poder*, em 1979 (data de publicação da edição brasileira). Nela Foucault esclarece o papel do intelectual moderno, que não deixa de convergir com a visão de Sartre em obra anteriormente citada neste capítulo.

Durante muito tempo o intelectual dito “de esquerda” tomou a palavra e viu reconhecido o seu direito de falar enquanto dono da verdade e da justiça. [...] Ser intelectual era um pouco ser a consciência de todos. [...] Há muitos anos que não se pede mais ao intelectual que desempenhe este papel. [...] Os intelectuais se habituaram a trabalhar não no “universal”, no “exemplar”, no “justo-e-verdadeiro-para-todos”, mas em setores determinados, em pontos precisos em que os situavam, seja suas *condições de trabalho*, seja suas

---

<sup>14</sup> Ibidem, p. 466.

condições de vida.<sup>15</sup>

O lugar de força desse novo intelectual é a sua atividade que tem o seu núcleo naquilo que é específico em cada um desses lugares. No caso do intelectual das letras, seu lugar de força é o texto escrito e publicado, endereçado a um determinado leitor que fará de sua leitura o próprio instrumento de síntese para a leitura desse mundo que, assim como o escritor, ele também habita.

O intelectual, assim como o artista, no caso, o escritor, estabelece um pacto com as utopias. Mas não se trata da utopia num sentido fantasioso ou ilusório, onírico ou imaginário. Não é uma utopia tal qual a de Morus, “o lugar que não existe”. Remete-se aqui a uma forma de utopia constituída e referencializada pela construção de propostas de outro mundo, um mundo que não é este que se apresenta aos olhos curiosos e críticos de quem olha pelo binóculo da crítica, mas um mundo que se cria dentro do mundo ficcional. No caso do intelectual das letras este mundo dentro do mundo é apresentado pelo romance. Neste sentido, a literatura, enquanto ficção, é instrumento para o intelectual apontar as discrepâncias daquele mundo, e oferecer possibilidades de caminhos traçados pela capacidade constitutiva de uma nova realidade, que ora se apresenta na superfície, ora no interior do texto. Trata-se de uma realidade que se opõe a outra que poderia ser denominada ‘imaneente’.

Neste sentido, a realidade imaneente pode apresentar-se como poder instituído, e o intelectual pode não ser, a partir dessa ideia, aquele preocupado em dizer “a verdade”, mas sim, aquele comprometido em apontar as mazelas sociais, quer seja dizendo “não” ao poder, quer seja operando uma via mais indireta de crítica, onde o intelectual, neste caso, questiona, reinterpreta e reformula novas maneiras de reinventar o mundo, condenando certas formas

---

<sup>15</sup> FOUCAULT, 1979, p. 8-9.

de violência, de opressão e de injustiça para que o próprio mundo se reinvente.

O posicionamento do crítico é o posicionamento da inversão daquilo que é dado como senso comum, assim como, o “não” do intelectual é o seu princípio de interação e intervenção no mundo. Há muito que se analisar sobre a postura do intelectual frente a seu tempo, e as veredas possíveis dessa jornada são inúmeras, difíceis inclusive de serem delimitadas.

Há determinados posicionamentos teóricos que separam o papel do artista do papel do intelectual, tomando por princípio que este exerce um papel mais universal, enquanto aquele está atuando no mundo a partir de uma posição mais particular. Mas tomaremos por princípio que o exercício de um intelectual é um exercício de poder, onde o saber, privado (no caso, do escritor), engendra uma ação no interior do espaço público.

De Rousseau a Sartre, de Voltaire a Zola – que denunciou a condenação injusta do capitão Dreyfus – e Gide, que se insurgiu contra a guerra do Marrocos e contra o colonialismo no Congo, os intelectuais, na França – pelo menos os mais representativos – estiveram, durante dois séculos, na vanguarda do combate *em prol* da justiça e da liberdade.

Sem temer o confronto com os poderes constituídos, sofrendo pessoalmente as consequências (Hugo e Zola tiveram de se exilar), participaram de todas as lutas contra opressores e tiranos. A guerra da Espanha mobilizou-os, e Saint-Exupéry, Georges Bernanos, François Mauriac e André Malraux, entre tantos outros, tomaram parte ativa na denúncia do fascismo. Daqui para frente o que é necessário é estabelecer uma relação entre esse comprometimento com a intervenção, com o dizer “não”, com o resgate da verdade a serviço dessa nova visão de justiça, não mais universal, e a denúncia das mazelas sociais. Mas como um escritor, um artista, um artífice da beleza, um ficcionista pode exercer um papel intelectual? Se for possível que exerça, de que maneira exerce?

Segundo a professora Izabel Margato<sup>16</sup>, o modo mais fecundo de um poeta (entende-se aqui o artista da ficção literária como um todo) se posicionar nesse espaço público é o exercício da imaginação, associado a uma dimensão política, tendo por elementos norteadores de sua ação a responsabilidade, a seriedade e a moral dos fatos.

Eça, além de escritor, é um homem público, e como tal atua no espaço público desde muito cedo, mesmo antes de ter seu primeiro posto de cônsul em Havana. Já nos seus escritos para o “Distrito de Évora” produz um discurso marcadamente político, embora ainda não tão amadurecido como aquele produzido no decorrer da escritura de seus romances. Eça, neste primeiro momento, coloca em questão uma dicotomia que ainda hoje é motivo de discussão sobre o papel do intelectual. Eça é um nacionalista que vê no cosmopolitismo a porta de entrada de Portugal no mundo e na modernidade, conseqüentemente, numa esfera de avanço e progresso, ou é um cosmopolita que reconhece, em certa medida, uma desorientação de Portugal frente às questões fronteiriças com a Europa, naquilo que constituiria a sua própria identidade como Nação. Qual o “modelo” desejado por Eça para a sociedade portuguesa: Tormes ou Paris? O que Portugal deveria tomar para si como filosofia? O positivismo francês, recheado de teses iluministas apoiadas nas leituras de Voltaire, Condorcet e Rousseau, ou o socialismo idealista, marcado pela metafísica de Feuerbach, pelo liberalismo de Proudhon e pela, não tão idealista, teoria da luta de classes de Marx e Engels? Parece idealizar Eça um Portugal que tenha a identidade pura e campesina de Tormes aliada à modernidade de Paris. Essa seria uma outra tese possível de ser desenvolvida, talvez tomando um *corpus* da fase final da produção de Eça, que apresentaria

---

<sup>16</sup> Palestra proferida pela Professora Izabel Margato no XV Seminário Internacional da Cátedra Pe. António Vieira de Estudos Portugueses, em novembro de 2007 (Auditório do RDC – PUC-Rio).

um diálogo muito próximo com autores como Richard Sennett e Raymond Williams.

Para comprovarmos ou não a tese incluída na tese central, de que, além de exercer a intelectualidade, Eça a exerce através de um discurso marcado pela ambiguidade e pelo tratamento lateral das questões no ambiente social e político, busquemos um entrelaçamento entre Eça de Queirós e o pensamento intelectual de seu tempo, onde inevitavelmente recorreremos ao *L’Affaire Dreyfus* como acontecimento histórico que estabelece um ponto de partida seguro para que a questão possa ser pensada.

Capitão de artilharia em função junto ao Estado-Maior, Alfred Dreyfus, descendente de judeus alsacianos, em 1894, quando tinha 35 anos de idade, foi acusado de ser autor de uma carta (o famoso *bordereau*), transmitida ao adido militar alemão em Paris, Major Schwartzkoppen, a qual continha informações sobre recursos e planos de defesa do exército francês. Submetido a um conselho de guerra constituído de sete oficiais superiores, seus colegas de armas, acabou condenado, unanimemente, à expatriação militar e ao degredo perpétuo. Deu-se o julgamento em sessão secreta, por provas que nem ele, nem seu advogado, tiveram conhecimento. O conselho proferiu seu veredicto, levado por simples presunções, diante da semelhança da letra de Dreyfus com a do autor do *bordereau*. Prevaleram, no caso, razões de Estado, ou conveniências do governo, diante da necessidade de coibir energicamente a espionagem militar, numa época em que muitos espíritos estavam dominados, em França, por uma ideia de revanche contra os alemães, vitoriosos na Guerra de 1870. Cito Brian Nelson, autor de *The Cambridge Companion to Zola*:

Alfred Dreyfus had been accused of spying for Germany. He had been 'court-martialled, found guilty of treason, and sentenced to life of imprisonment on Devil's Island, of the coast of French Guiana. Despite clear evidence that emerged in 1897 showing that Dreyfus had been the victim of conspiracy, the

original verdict has upheld, to the outrage of Zola and his fellow Dreyfusards.<sup>17</sup>

A 13 de dezembro de 1897, o *Le Figaro* fez retratação pública e se separou de Zola, que ficou, por um momento, reduzido a publicar brochuras. Entretanto, um antigo colaborador de Rocheford Vaughan, fundara um jornal logo adquirido para a causa da revisão, *A Aurora*, que tinha Clemenceau, como líder político, e que soube gritar mais alto que Drumont. Foi nele que Zola publicou a 13 de janeiro a carta *J'accuse*, dirigida ao Presidente da República.

He aquí, señor Presidente, los hechos que demuestran cómo pudo cometerse un error judicial. Y las pruebas morales, como la posición social de Dreyfus, su fortuna, su continuo clamor de inocencia, la falta de motivos justificados, acaban de ofrecerlo como una víctima de las extraordinarias maquinaciones Del medio clerical en que se movía, y Del odio a los puercos judíos que deshonran nuestra época. Y llegamos al asunto Esterhazy. Han pasado tres años y muchas conciencias permanecen turbadas profundamente, se inquietan, buscan, y acaban por convencerse de la inocencia de Dreyfus.<sup>18</sup>

A carta citava oito responsáveis militares pelo suplício infligido a um inocente, entre os quais dois ministros da guerra. Foi porque citou nomes que, dessa vez, Zola fulminou de críticas as autoridades militares francesas. Cito novamente a carta:

Yo acuso al teniente coronel Paty de Clam como laborante — quiero suponer inconsciente — Del error judicial, y por haber defendido su obra nefasta tres años después con maquinaciones descabelladas y culpables. Acuso al general Mercier por haberse hecho cómplice, al menos por debilidad, de una de las mayores iniquidades Del siglo. Acuso al general Billot de haber tenido en sus

<sup>17</sup> NELSON, 2007, p.15.

<sup>18</sup> ZOLA, *Émile. J'accuse*. París, 13 de enero de 1898. Alegato en favor del capitán Alfred Dreyfus, dirigido por Émile Zola mediante una carta abierta al presidente de Francia M. Felix Faure y publicado por el diario L'Aurore el 13 de enero de 1898 en su primera plana. Fonte: [http://www.analitica.com/Bitiblio/zola/yo\\_acuso.asp](http://www.analitica.com/Bitiblio/zola/yo_acuso.asp). Acessado em 20/11/2007, às 21h.

manos las pruebas de la inocencia de Dreyfus, y no haberlas utilizado, haciéndose por lo tanto culpable Del crimen de lesa humanidad y de lesa justicia con un fin político y para salvar al Estado Mayor comprometido. [...]

Y por último: acuso al primer Consejo de Guerra, por haber condenado a un acusado, fundándose en un documento secreto, y al segundo Consejo de Guerra, por haber cubierto esta ilegalidad, cometiendo el crimen jurídico de absolver conscientemente a un culpable. No ignoro que, al formular estas acusaciones, arrojo sobre mí los artículos 30 y 31 de la Ley de Prensa Del 29 de julio de 1881, que se refieren a los delitos de difamación. Y voluntariamente me pongo a disposición de los Tribunales. En cuanto a las personas a quienes acuso, debo decir que ni las conozco ni las he visto nunca, ni siento particularmente por ellas rencor ni odio. Las considero como entidades, como espíritus de maleficencia social. Y el acto que realizo aquí, no es más que un medio revolucionario de activar la explosión de la verdad y de la justicia. Sólo un sentimiento me mueve, sólo deseo que la luz se haga, y lo imploro en nombre de la humanidad, que ha sufrido tanto y que tiene derecho a ser feliz. Mi ardiente protesta no es más que un grito de mi alma. Que se atrevan a llevarme a los Tribunales y que me juzguen públicamente.

Así lo espero. Émile Zola. París, 13 de enero de 1898.<sup>19</sup>

O referido documento é um marco da atuação dos intelectuais do século XIX frente a algumas das questões mais importantes para o crescimento de uma sociedade justa e digna: a liberdade e a justiça. Mesmo não atuando exatamente como um intelectual no modelo que estudaremos aqui, já que Zola foi muito mais direto em seu propósito e sua carta tinha um endereçamento com destinatários claramente listados, é a partir deste documento, uma carta, que podemos pensar o poder da literatura, ou melhor, do texto, da escrita, como instrumento de intervenção social. Segundo Brian, é a partir do momento em que *J'accuse* é publicada, que o papel dos intelectuais no século XIX passa a ser centro de discussões, já que marca nitidamente uma mudança de postura na atuação desse sujeito social. Cito:

By the time of “J'accuse”, french public opinion was polarized, not simply on the particular question of “Dreyfus” innocence or guilt but on the future of the republic itself. [...] The role Zola played in the Dreyfus Affair invites

---

<sup>19</sup> Ibidem.

reflections on what meant to be a public intellectual in late nineteenth-century France. The word “intellectual” itself was a pejorative term first used by the anti-revisionist press: the “Dreyfusards” were the first official “intellectuals”. To be an “intellectual” meant speaking out in the name of justice; and for Zola to speak of justice was to speak in the name of republic.<sup>20</sup>

Pensando-se assim, pode-se afirmar que o intelectual do qual nos ocupamos aqui é um determinado tipo de intelectual que se desloca de seu campo de ação, ainda que momentaneamente, e interfere em questões políticas e sociais, por exemplo, mesmo não estando aquelas diretamente ligadas à sua área de atuação original ou específica.

O intelectual, neste caso, expressaria sua opinião, refletindo sobre decisões que podem interferir diretamente no *corpus* social. Um aspecto a ser destacado é o fato de tal posicionamento não ser fruto de suas necessidades pessoais, mas originado de uma necessidade de intervenção no âmbito social, em perspectiva coletiva. Segundo Blanchot:

Un ciudadano que no se contenta com votar de acuerdo com sus necesidades y sus ideas, sino que, habiendo votado, se interesa por el resultado se ese acto único y, guardando siempre las distancias com la acción necesaria, reflexiona sobre el sentido de esta acción, y unas veces habla y otras se calla.<sup>21</sup>

Neste sentido, o intelectual manteria um distanciamento em relação a seus posicionamentos pessoais, agindo de forma estratégica, ora falando, ora calando. Ser a consciência de uma coletividade e denunciar injustiças são características básicas desses sujeitos sociais.

Pois, retornando a Sartre, tem-se a caracterização do intelectual como o homem que toma consciência de oposição, isto é, uma espécie de testemunha de um tempo em desordem e que se posiciona em relação aos valores

<sup>20</sup> NELSON, 2007, p.16.

<sup>21</sup> BLANCHOT, 2003, p. 56-57.

deturpados de uma sociedade. O intelectual diz não às inverdades de uma classe dominante que pretende manter a hegemonia:

Assim, o intelectual é o homem que toma consciência de oposição, nele e na sociedade, entre a pesquisa da verdade prática (com todas as normas que ela implica) e a ideologia dominante (com seu sistema de valores tradicionais). Essa tomada de consciência – ainda que, para ser real, deva se fazer, no intelectual, desde o início, no próprio nível de suas atividades profissionais e de sua função – nada mais é que o desvelamento das contradições fundamentais da sociedade, quer dizer, dos conflitos de classe e, no seio da própria classe dominante, de um conflito orgânico entre a verdade que ela reivindica para seu empreendimento e os mitos, valores e tradições que ela mantém e que quer transmitir às outras classes para garantir sua hegemonia.<sup>22</sup>

Embora Blanchot afirme que os intelectuais não são especialistas da inteligência e que conhecem seus limites de atuação, reconhece o valor dos mesmos enquanto homens de pensamento, sujeitos que promovem o agenciamento do conhecimento em favor da construção de um pensamento que se constrói, no seu próprio interior, interventivo. “(...) Habiendo decidido de acuerdo com el pensamiento que le parece tener la mayor importancia, habiendo sopesado los pros y contras, se convierte en un obstinado infatigable, pues no hay mayor valor que el valor Del pensamiento”.<sup>23</sup>

Situado no limiar entre a teoria e a práxis, esse terreno poroso já percorrido por muitos daqueles que exerceram uma função teoricamente intelectual, o intelectual das letras pode vir a intervir quando uma injustiça está sendo praticada, diferentemente daquele intelectual que está somente exercendo o papel de intelectual das ideias, aquele que segundo Julien Benda está preso à torre de marfim. Em *A traição dos Clérigos*, de 1927, o próprio Benda volta atrás em sua tese sobre este tipo de intelectual, admitindo que o modelo do intelectual da torre de marfim não se faz mais muito possível.

<sup>22</sup> SARTRE, 1994, p. 31.

<sup>23</sup> BLANCHOT, 2003, p. 57-58.

Escreve o autor:

A vinte anos de distância da publicação da obra que agora apresento em nova edição, a tese que eu sustentava então — que aqueles homens cuja função é defender os valores eternos e desinteressados, como a justiça e a razão, aqueles que eu chamava de clérigos, traíram esta função em favor dos interesses práticos — me parece [...] não haver perdido nada de sua verdade, muito ao contrário.<sup>24</sup>

Este intelectual que defende os valores universais, a princípio “não práticos”, participante, portanto de uma espécie de aristocracia intelectual, diria de alguma forma que o seu “reino” não é “deste mundo”.

Diferentemente deste modelo há outro que, a partir de sua atividade orgânica, calcada na práxis, este intelectual tem o compromisso de conduzir a massa a uma concepção superior de vida. É o modelo defendido por Gramsci, no qual a atividade intelectual deve construir um bloco intelectual-moral, que possibilite às massas, assim como foi possibilitado a pequenas minorias até então, um progresso também intelectual. Cito:

Todo grupo social, ao nascer do terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria também, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que conferem homogeneidade e consciência da própria função não apenas no campo econômico, como também no social e político: o empresário capitalista gera junto consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc.

<sup>25</sup>

Não contrariando uma ou outra posição, mas procurando um caminho mais conciliatório, novamente o texto *Los intelectuales en cuestión*, por exemplo, cita a intromissão de Zola no caso Dreyfus para evidenciar que o ser pensante é aquele que, como dissemos, sai de seu campo de ação e migra para outro: “La intervención de un novelista, incluso famoso (Zola), en una cuestión militar, me há parecido tan fuera de lugar como lo seria, si lo que se debatiera

<sup>24</sup> BENDA, 1946, p.125-126. Tradução minha.

<sup>25</sup> GRAMSCI, 1999, p. 265.

fuera la cuestión de los orígenes Del romanticismo, la intervención de un coronel Del ejercito”.<sup>26</sup>

Eça de Queiroz, por estar em uma posição ambígua e movediça, parece corroborar com a visão que Blanchot defende sobre o posicionamento dos intelectuais, mas é o intelectual que Foucault nos descreve em *A microfísica do poder* que nos servirá à análise do papel de Eça enquanto intelectual das letras.

Quer na posição de cônsul português, quando Eça escreve uma série de correspondências que se posicionam contra os regimes totalitários, contra as injustiças praticadas, sobretudo pelos ingleses, e intervém inclusive no Caso Dreyfus, fazendo uma visita a Zola<sup>27</sup> e, posteriormente, tomando partido do colega escritor, também em carta, quer na sua vida de homem de letras, romancista fundador de uma nova fase da literatura portuguesa, Eça é, ao mesmo tempo, um universalista frente aos problemas da Europa e o mais português dos escritores da geração de 70, uma vez que percorre, através da sua escrita, através daquilo que poderia ser chamado de repertório de mazelas portuguesas de fins do século XIX. Como uma espécie de *flâneur* literário, Eça vive a observar os fatos da vida cotidiana portuguesa com a curiosidade de uma criança e a perspicácia de um repórter investigativo. Na construção daquilo que Eça intitulará “Cenas da vida Portuguesa”, o autor, por meio de uma escrita indireta e metafórica, realizará uma verdadeira exposição do drama de uma classe social que expõe em sua doença a doença do País. É construindo essa galeria de “tipos” sociais, que Eça pintará um painel, onde essas personagens brotam com suas características plasticamente descritas, seus diálogos vívidos e aparentemente desnecessários de citação. Mas é no interior dessa amálgama de tipos, paisagens, lugares e modos cotidianos exaustivamente descritos que Eça,

---

<sup>26</sup> Ibidem, p. 84.

<sup>27</sup> Segundo cronologia de Eça de Queiroz, ele teria visitado Zola na França no ano de 1885. (SIMÕES, 2005, p. 230).

como artista representante maior de uma modernidade que se inaugura em Portugal do século XIX, faz emergir sua crítica e ecoar sua risada, transformando sua produção literária em um grande instrumento de desconstrução e intervenção social.